

O FELIX CULPA, QUAE TALEM AC TANTUM MÉRUIT HABÉRE REDEMPTÓREM!

Neilson Xavier de Brito²

RESUMO

Na tradição cristã, a ideia da *felix culpa* procura atrair o homem para perto da graça divina, buscando a libertação dessa culpa. Entretanto, para muitas pessoas, inclusive cristãos, o viver/com-viver com a culpa ou com sentimento de culpa, é acompanhado de muita dor, comprometendo em muitas ocasiões, seu relacionamento com Deus, consigo mesmo e com outras pessoas. É verdade que esse sentimento pode apresentar várias nuances a partir das diferentes experiências religiosas, das classes sociais e da formação cultural, mas também é verdade, que a culpa está presente em toda e qualquer sociedade, fazendo parte da demanda trazida aos escritórios de aconselhamento. Por isso, objetiva-se com esse artigo, auxiliar pastores e conselheiros a construírem melhor compreensão da temática abordada, e mesmo reconhecendo a dificuldade da ausência de uma exata conceituação sobre culpa e/ou do sentimento de culpa, busca-se apresentar os tipos de culpa: real, neurótica e existencial, evocando-se ainda, as abordagens freudiana e junguiana sobre a culpa. Nesse contexto, compreende-se a graça divina no cuidado pastoral pelos cativos da culpa, como um instrumento potencial de libertação desse sentimento. Para isso, sugere-se um modelo de aconselhamento para o enfrentamento da culpa, estruturado a partir da confissão, do arrependimento e do perdão, e em especial, um enfoque do maior desafio em todo esse processo: o autoperdão.

PALAVRAS-CHAVE: Culpa; Sentimento de Culpa; Graça; Aconselhamento; Perdão.

ABSTRACT

In Christian tradition, the idea of *felix culpa* seeks to draw man closer to divine grace, seeking deliverance from that guilt. However, for many people, including Christians, living/living-with guilt, is accompanied by great pain, in many occasions compromising their relationship with God, with themselves and with others. It is true that this feeling can have many nuances - from different religious experiences, social class and cultural background - but it is also true that guilt is present in any society, being part of the complaints brought to the counseling offices. Therefore, this article aims to assist pastors and counselors to build a better understanding of the addressed theme, and while acknowledging the hindrance of the lack of an accurate conceptualization of guilt and/or feeling of guilt, it aims to present the types of guilt: real, neurotic and existential, also evoking the Freudian and Jungian approaches about it. In this context, divine grace in pastoral care for prisoners of guilt is understood as a potential instrument of release from that feeling. For this, we suggest a counseling model to face guilt, structured upon confession, repentance and forgiveness - and in particular, a focus on the biggest challenge in this process: self-forgiveness.

KEYWORDS: Guilt; Feeling of guilt; Grace; Counseling; Forgiveness.

INTRODUÇÃO

O diálogo entre a culpa e a religião é marcado por uma tensão muitas vezes motivada pela indagação se a culpa seria simplesmente o resultado de uma religião–prática religiosa, que a utiliza como forma de domínio. Entretanto, cumpre-se relembrar, que segundo Tillich, a ansiedade moral marcou o final da Idade Média e agravado pela falta de credibilidade da Igreja Romana, deu origem, a partir do medo da ira de Deus, a um período que ele denomina “idade da culpa, isto é, uma sociedade marcada pela ansiedade da culpa e da condenação” (TILLICH, 1992, p. 45.).

Esse contexto fez reavivar, a partir de Lutero, os conceitos teológicos de Agostinho de Hipona, especialmente a Doutrina da Graça, segundo Yancey (2012, p.25), “melhor presente cristianismo ao mundo”, mas a culpa representa uma considerável centralidade na vida das pessoas que buscam os serviços terapêuticos.

A culpa gera sofrimento, e “esse sofrimento não conhece fronteira [...] e a nossa vocação é a de responder (ou auxiliar no enfrentamento) a esse sofrimento” (TOURNIER, 1985, p. 66). Por isso, Collins em Aconselhamento Cristão afirma:

Converse com pessoas deprimidas, solitárias, angustiadas, membros de famílias violentas, homossexuais, alcoólatras, doentes terminais, pessoas que estão passando por crises conjugais ou qualquer outro tipo de problema e você descobrirá que a culpa faz parte de suas dificuldades (COLLINS, 2004, p.158).

Portanto, busca-se nesse artigo, focar o conceito de culpa e sentimento de culpa, os tipos de culpa e a visão de Freud e Jung sobre a culpa. Oferecer uma abordagem sobre Teologia da Graça, como facilitadora no processo de libertação da culpa e base para os fundamentos de um modelo de aconselhamento que auxilie na compreensão da graça divina como fonte de perdão e autoperdão.

Compreendendo os conceitos, tipos e abordagens sobre a culpa.

Caracterizada por ser “um fato universal e onipresente na experiência humana” (ROSA, 2001, p.65-66), Scliar afirma que “a culpa é um dedo que aponta implacável. E aponta para quem? Pra nós, claro. [...] é um fardo que carregamos. Pesa sobre os nossos ombros fazendo que nos curvemos diante da vida, derruba nossa face” (SCLIAR, 2007, p.9-10). E essa culpa ou o senti-

mento de culpa não morre com o caminhar do tempo – *Cronos*.

O salmista Davi no Salmo 32, versículos 3 a 5, expõe assim, a condição de um homem mutilado pela culpa:

Enquanto, guardei silêncio, consumiram-se os meus ossos pelo meu bramido durante o dia todo. Porque de dia e de noite a tua mão pesava sobre mim; e o meu humor se tornou em sequeidão de estio. [Selá] Confessei-te o meu pecado, e a minha iniquidade não encobri. Disse eu: Confessarei ao senhor as minhas transgressões; e tu perdoaste a culpa do meu pecado.³

Para Davi, todas as suas emoções relatadas nesse texto, estavam relacionadas com “a culpa de seu pecar”.⁴ Mas então, o que é culpa?

Amanda T. Rainha em seus estudos sobre O Sentimento de Culpa na Teoria Freudiana (1892-1924) reconhece que conceituar a culpa ou o sentimento de culpa não é uma tarefa simplista em razão da imprecisão de terminologia e dos conceitos, marcados “pela falta de exatidão” (RAINHA, 2013, p.16-17).

Grinberg (2000, p. 49), em sua análise sobre a questão culpa, ética e moral, afirma que: “o conceito de sentimento de culpa está ligado a uma das perguntas mais antigas formuladas pela filosofia: ‘O que é um indivíduo bom? E o que é uma sociedade boa? Encontra-se, além disso, vinculado indiretamente ao dualismo do bem e do mal’”. Entretanto, reduzir o conceito de culpa ou sentimento de culpa a esse dualismo entre o bem e o mal, significa minimizar a sua amplitude.

Por outro lado, a religião é vista como outra tentativa de limitar a compreensão do conceito de culpa. Dessa ideia, partilha Oliveira e Castro ao afirmar que a culpa teria surgido com a religião e a ideia de pecado advinda do monoteísmo (OLIVEIRA; CASTRO, 2009, p.255).

Entretanto, para Freud, a culpa antecede às expressões da religiosidade na prática humana. Em *Tempos de Guerra e Morte* (1915), denomina de “obscuro sentimento de culpa” (FREUD, 1996, p.331) aquilo que a humanidade está sujeita desde os tempos pré-históricos, o que também se nota em sua obra em *Totem e Tabu* (1913). Por isso, Amanda T. Rainha conclui que: “o conceito de culpa está relacionado com o advento da interiorização da moralidade – consciência moral - e que em sua interiorização recai todo o ‘acento’ da culpa” (RAINHA, 2013, p. 19-20).

Para finalizar essa busca por um conceito sobre culpa, evoque-se Freud (2011, p.8), quando afirma que “não é fácil, trabalhar cientificamente os sentimentos” mas recorra-se a Jacques e Claire Poujol (2006, p. 165) que fazem a distinção entre “culpa – fato objetivo – que ao se cometer um ato que merece repreensão, tornamo-nos responsáveis por ele, culpados, quer sintamos ou não. O sentimento de culpa é de ordem subjetiva – alguém pode deixar de sentir-se culpado por um ato repreensível, assim como culpar-se por um ato que não o seja”. Daí se opta pelo conceito de sentimento de culpa como facilitador na compreensão e cuidado dos desajustes psicossociais.

Para Collins (2004, p. 158) o aconselhamento torna-se mais completo se o conselheiro não discernir as diferenças entre os tipos de culpa. Por isso, considere-se aqui os três tipos de culpas apresentados por Merval Rosa. A **culpa real**, que considera “normal ao ser humano e até desejável - a consciência de um dano causado a alguém” (ROSA, 2001, p.67).

A **culpa neurótica** é chamada por Grinberg (2000, p. XI) de “culpa excessiva, ilógica, infiltrante e um sintoma principal e fundamental na depressão”. Rosa, (2001, p. 67) observa que “na culpa neurótica, a intenção, mesmo inconsciente, é equiparada ao feito ou ato de fazer, e a pessoa reage à intensão inconsciente como se fosse um ato já realizado”. Os conflitos gerados entre o “eu ideal” e o “eu real” servem de base para as neuroses.⁵

O terceiro tipo de culpa apresentada por Rosa, a **culpa existencial**, também chamada de **culpa de finitude**, “está ligada a capacidade que o homem tem de olhar para si mesmo como homem” (ROSA, 2001, p. 68) Frankl (2008, p.132) ao refletir sobre a vida e o vazio humano, denomina essa experiência de ‘neurose dominical’, que é “aquela espécie de depressão que acomete às pessoas que se dão conta da falta de conteúdo de suas vidas quando passa o corre – corre da semana atarefada e o vazio dentro delas se torna manifesto” Note-se ainda, que a culpa existencial afeta não somente o indivíduo, mas também o outro – relacionamentos.

Finalizando-se esse tópico, torna-se relevante, ainda que de modo sucinto, apresentar alguns aspectos da abordagem feita por Freud e Jung em relação à culpa/sentimento de culpa.

A ideia de culpa perpassa grande parte da obra de Sigmund Freud, apesar da falta de clareza em relação ao sentimento de culpa (PRACANA, 2008, p.269) Para Freud segundo Scliar, “a culpa era resultado do advento da própria civilização” (SCLIAR, 2007, p.116).

Nessa relação, Freud (2011, p. 31) entende que “boa parte da culpa por nossa miséria vem do que é chamado de nossa civilização; seríamos bem mais felizes se a abandonássemos e retrocedêssemos à condição primitiva” Na realidade mesmo considerando que a “religião estorva [...] ao impor igualmente a todos o seu caminho para conseguir a felicidade e guardar-se do sofrimento” (FREUD, 2011, p. 29) desconstrói a ideia de culpa como resultado da religião.

Outra abordagem a ser considerada, é a maneira como Carl Jung (2012, p. 19-20) trata da questão da culpa ou do sentimento de culpa, que não é resultado da religião, definida por Jung - “atitude particular de uma consciência transformada pela experiência do numinoso”. Compreenda-se aqui, o numinoso, do latim *numem* como “vontade de aceno de uma divindade, divino, sagrado, em seu poder misterioso” (DORSH, 2009, p.619). Por isso, concepção de religião tem a ver com a relação do indivíduo com o sagrado, e segundo Rosa, a atividade religiosa é essencial à vida, competindo ao homem buscar compreender o seu comportamento religioso (ROSA, 1971, p.65-66).

Para Jung, as neuroses no homem adulto, são causadas principalmente pela ausência da religião. Segundo Tournier (1985, p.73), “a culpa surge de uma recusa de aceitar a si próprio, na sua totalidade, de integrar na própria consciência esta parte desagradável de si mesmo que Jung chamou de ‘sombra’” Portanto, a culpa surge a partir da tomada de consciência, que percebe as ‘sombras’ que habitam no inconsciente e são rejeitadas pelo consciente.

Apesar das discussões sobre a religião, não se deve deixar de reconhecer que a religião poderá se tornar uma fonte geradora de culpa, mas também, não se pode ignorar à sua relevância no processo de libertação da culpa. Evoque-se então, às palavras de Merval Rosa:

Não há psiquiatra ou psicóloga que remova o sentimento de culpa. Só a graça de Deus garante o perdão. O perdão, por sua vez, deve ser experimentado numa tríplice dimensão: na dimensão vertical o homem experimenta o perdão de Deus. Na dimensão horizontal ele experimenta o perdão do semelhante. E na dimensão de profundidade, o homem aprende a se perdoar na forma de aceitação de sua própria finitude (ROSA, 2001, p.79-80).

Encontrando a graça divina no caminho de libertação da culpa

Graça é uma expressão central no pensamento cristão e pensar sobre a graça divina é pensa-la além das fronteiras salvacionistas. Martín Ocaña (2007, p. 75) compreende a graça como “o agir de Deus na história - não merecido pelos seres humanos – a favor da maioria sofredora”. Graça traz esperança, é terapêutica. Graça faz parte da vida como um todo e não apenas da salvação – “apenas o atributo divino que promove salvação” (MUNGUBA, 2012,57).

Para Boff (2003, p. 9), “a graça é o Deus que suave e fortemente se faz sensível na vida das pessoas, e interfere no curso do mundo, dando-lhe um rumo surpreendente” Nesse sentido, os caminhos da graça e da culpa se cruzam para possibilitar a libertação dessa culpa.

Conceituar graça apenas como “favor imerecido” é torna-la um tanto superficial, por isso é preciso pensa-la conectada com o Antigo e do Novo Testamento; do pacto e da nova aliança em Cristo, sem que se torne apenas um objeto de estudo teológico. Para Swindoll (2009, p. 18-19), “a graça foi concebida para ser recebida e vivida plenamente” Por isso, considere-se aqui, as indagações de Wondracek:

A questão central é: queremos passar a vida expiando nossas culpas ou queremos ficar livres desse peso? Muitos cristãos conhecem a teologia da graça, mas não vivem da graça. Por que desfrutamos de tão pouca graça em nossas práticas religiosas? Será que as nossas neuroses nos impedem de acolher na alma a mensagem da graça? (WONDRACEK, 2006, p.25).

No Antigo Testamento a graça está ligada à ideia de um “Deus libertador” e Gerstenberger (1981, p.28) faz um paralelo com esse conceito onde afirma que “sem dúvida, toda a humanidade de hoje, em especial o Terceiro Mundo, precisa de um Deus Libertador. Os homens estão presos a sistemas alienantes”. Boff (2003, 21-22) também corrobora com esse conceito de graça libertadora ao considerar que o Antigo Testamento fala da graça em “termos de história: a libertação do Egito, [...] da eleição de Israel e da benevolência/misericórdia de Deus” Nesse aspecto, os cativos da culpa necessitam da graça libertadora-redentora de Deus.

Evoque-se que, se no Antigo Testamento a graça/aliança era firmada na amorável benignidade do Senhor, no Novo Testamento a nova aliança está firmada em Jesus Cristo, e essa aliança tem por fundamento “o amor de Deus livremente concedido” (SCHILDENBERGER, 1979, p.31).

No Novo Testamento, o conceito de graça está inserido nos ensinamentos de Jesus e são inerentes a todas as ações de seu ministério. Conforme Brunner (2007, p.241). Jesus é “*die Gnade Gottes in Person* – a graça de Deus personificada” Portanto, Jesus encarna à graça em sua própria vida, sendo a expressão plena da bondade de Deus.

Sobre a Graça, considere-se a contribuição do pensamento de Paulo, Agostinho e Lutero, dado a relevância na história cristã e da teologia elaborada por eles.

O apóstolo Paulo se considerava “um devedor da graça” (I Co 15.10). Graça e salvação estão entrelaçadas. Graça era a essência do ato salvífico de Deus (Ef 2.10). Na concepção de Bruce (2003, p.14) “a contribuição mais destacada de Paulo ao mundo foi a sua apresentação das boas novas da graça gratuita”, e essa graça “se levanta contra todas as ideias de mérito e recompensa” (STAGG, 1982, p.91).

Para Paulo, “graça é a essência do ato salvífico de Deus mediante Jesus Cristo”, (ESSER, 2000, p.911) e desta forma, a salvação tem a sua raiz na graça de Deus, não sendo possível alcançar o perdão divino através da lei. Por isso, Taylor numa referência a Moffatt, conclui que em Paulo é “tudo pela graça e graça para todos” (MOLFATT in TAYLOR, 1952, p.41).

Na segunda metade do século IV Agostinho surge como um dos grandes expoentes da doutrina da graça. Citado por Pelikan, Albert Outler afirma que “o tema central em todos os escritos em Agostinho é o Deus soberano da graça e a graça soberana de Deus, e a graça é a liberdade de Deus em agir sem a necessidade de nada externo – agir em amor além do entendimento ou do controle humano” (OUTLER in PELIKAN, 2014, p.297). Deus é, e será sempre livre para agir em relação à graça. A graça testifica da liberdade de Deus.

A graça rompe com o estado de des-graça causado pelo poder opressor do pecado, por isso é libertadora e transformadora. Observe-se aqui, que o conceito de graça em Agostinho é fundamentado a partir de suas experiências pessoais e de seu zelo pelo estudo da carta de Paulo aos Romanos (BERKOF, 1992, p.121). O conceito de graça em Agostinho está intimamente ligado ao

conceito de pecado, onde toda a humanidade foi afetada a partir da queda; onde “toda a massa de perdição tornou-se possessão do corruptor”. (AGOSTINHO, 1998, p. 300). Agostinho cria não haver controle sobre essa massa/natureza pecaminosa (*massa peccati*); nesse caso “o pecado é a causa do pecado” (McGRATH, 2005, 509).

A obra de Agostinho no que concerne a graça divina tem como aspecto fundamental a gratuidade – ‘*gratia gratis data*’. A graça de Deus não tem como aspecto fundante a questão dos méritos. Graça não é meritória. “*Gratia gratis data, unde e gratia nomiatur* - a graça é dada de graça, pelo que esse nome lhe é dado” (AGOSTINHO, 1998, p. 107).

Com o passar dos anos, o conceito de graça defendido por Agostinho foi substituído por um conceito também defendido por Tomás de Aquino, que os escolásticos chamavam de ‘salvação cooperativa’ onde a ideia do “mérito humano mui necessariamente participava da soteriologia da cristandade. [...] A graça não mais seria a única base para salvação” (CHAMPLIN, 1995, p. 955-956).

Esse período - final da Idade Média - foi caracterizado por Tillich (1992, p. 45) pela ansiedade moral, e pelo que denomina de “Idade da culpa”. Exatamente nesse contexto do que se pode chamar de *gratia infusa* – que visa capacitar o homem para merecer a salvação, surgem as chamadas Indulgências como forma de aplacar a culpa e condenação haurida desse sentimento, então Martinho Lutero começa a demonstrar sua insatisfação com a referida doutrina resgatando a teologia da graça segundo Agostinho.

Lutero abraça o conceito de justificação – “justo não é quem pratica muitas obras, mas quem, sem obras, muito crê em Cristo” (LUTERO, 2004, p. 52). Para Lutero, segundo Berkhof, (1992, p. 195), “as indulgências, as penitências expiatórias, a absolvição sacerdotal da crença católico romana, as obras de super - rogação e a doutrina dos méritos humanos”, não são base para a salvação/perdão divino. Deus aceita o ser humano a partir da graça sendo essa graça, a expressão do seu amor (LUTERO, 2004, p.18). Graça essa, que busca o homem e que “não é uma abstração” (STAGG, 1976, p. 92), mas a proclamação daquilo que pode erradicar a culpa e “remover a condenação trazida pela culpa” (TOURNIER, 1985, p. 186). É por isso, que a graça divina se faz imprescindível como elemento basilar para os fundamentos de um aconselhamento pastoral que auxilie na compreensão da graça divina como fonte de autoperdão.

Construindo um modelo de aconselhamento baseado na graça divina.

Acolher pessoas que sofrem em razão do sentimento de culpa faz parte do aconselhamento pastoral, entretanto, considere-se a complexidade dessa atividade, a partir do texto de Alasko quando afirma:

A principal razão pela qual a culpa é tão confusa é que ela é composta por várias reações e comportamentos. Começamos, então, por duas funções básicas: 1. A culpa encontra falha na outra pessoa (ou grupo) através da crítica e acusação, punição e humilhação. 2. A culpa transfere responsabilidade para outra pessoa, utilizando-se da crítica e da acusação (ALASKO, 2011, p.6).

Por isso, Pujol (2006, p.12) compreende que “o relacionamento de ajuda (aconselhamento) requer igualmente conhecimentos espirituais e psicológicos, e o uso de determinadas técnicas a serem aprendidas, e para essa prática não pode haver improvisação”. Molochemco (2008, p. 25), também compreende que esse aconselhamento acontece a partir de “uma relação em que uma pessoa, o ajudador, busca atender o outro ser humano em seus problemas da vida”, nesse caso em especial, a culpa ou o sentimento de culpa. Ressalte-se ainda, que o aconselhamento se faz “por meio de relacionamento de cuidado [...] e por um grau de compromisso de ambos os lados” (HURDING, 1995, p.360,361).

Ainda sobre aconselhamento, Friesen (2012, p.14,19) considera que “o aconselhamento pastoral é um ministério paraeclesialístico e parateológico. [...] e que não é psicoterapia, nem psicanálise, nem tão pouco a tentativa de resolver problemas apenas através de conselhos”. Aconselhamento não pode ser uma aventura motivada apenas pela compaixão.

Uma vez considerado o ambiente conselheiro- aconselhando - culpa, no aconselhamento se faz necessário desconstruir a culpa e/ou o sentimento de culpa a partir da experiência do perdão alicerçado na graça divina através do enfrentamento desses sentimentos. Observe-se que isto não é uma tarefa fácil. Pessoas com sentimento de culpa frequentemente esperam rejeição e condenação dos outros. Por isso, podem chegar para o aconselhamento com uma atitude de autodefesa ou autoacusação. Na realidade, “desnudar-se do eu’ num processo terapêutico não é uma tarefa fácil, e é natural que as pessoas cheguem um tanto ‘caramujo” (BRITO, 2013, p.77).

A partir do enfrentamento da culpa, sugere-se a construção de um modelo de aconselhamento a partir da graça, em três etapas: confissão, arrependimento e o perdão.

Wondracek (2006, p. 39) afirma que a confissão “significa soltar tudo que nos intoxica e apodrece dentro de nós”. Nessa etapa, o conselheiro é um facilitador na compreensão da graça. A graça pressupõe que alguém está necessitando de ajuda da parte de Deus, uma vez que o aconselhando concorda em dizer a mesma coisa que Deus diz sobre aquilo que está sendo confessado. Clinebell (2011, p. 13) concorda que “experimentar e expressar o doloroso sentimento de culpa é uma parte essencial no processo de purificação e cura. [...] e ouvir confissões e servir como um canal do perdão de Deus são funções tanto poimênica, quanto sacerdotais”. A partir da confissão, dá-se início a uma nova etapa, o arrependimento, como propósito na libertação da culpa.

Confissão sincera envolve arrependimento e este arrependimento está tão somente firmado na graça. O arrependimento é uma atitude crescente nesse processo de livramento da culpa. Munguba (2012, p. 74) afirma que “o arrependimento é efeito da graça e uma das maneiras para modificar a mente humana”. A partir do arrependimento uma nova experiência será construída, tratando-se, portanto, de um processo criativo, inovador e profundamente restaurador. Com o **arrependimento**, inicia-se a última etapa nesse processo, o **perdão**. Para Yancey (2007, p.84) “a graça começa e termina com o perdão”. Mas, ainda que possa parecer injusto em algumas situações, “o perdão é a única alternativa que pode deter o ciclo da culpa e dor, interrompendo a prisão da ausência da graça”.

O perdão será um grande desafio a ser experienciado. Collins (2004, p.168) expõe alguns questionamentos pessoais que testificam desse desafio: “a) Não consigo pedir perdão; b) Não me sinto perdoado; c) Eu sei que Deus me perdoou, mas eu não consigo perdoar os outros, e d) Como posso perdoar se não consigo esquecer?” Diante desses desafios, cumpre-se destacar a relevância do conselheiro em conduzir o aconselhando a um conceito adequado de perdão. Por isso, torna-se interessante destacar que “perdão não significa: aprovar o que uma pessoa fez; fingir que o mal nunca foi feito; fazer vistas grossas para o abuso; [...] esquecer o mal que foi feito; fingir que você nunca se magoou; [...] que todas as consequências negativas do pecado foram anuladas” (PRITCHARD, 2006, p.31-32) Perdão será sempre o resultado e a manifestação da graça divina.

Observe-se que, mesmo o perdão sendo interpretado como “uma capacidade de ultrapassar a mágoa, o ressentimento ou a vingança que o ofensor merecia, através da compaixão e benevolência” (OLIVEIRA, 2003, 285), alguns aconselhados não conseguem estender os benefícios desse perdão sobre suas próprias vidas. Em *Autoperdão Radical*, Tipping (2011, p.4) afirma em relação ao autoperdão que este “não é só uma decisão ou escolha de abandonar o próprio direito de ressentimento, culpa, vergonha e julgamentos negativos, mas um imperativo para substituí-los por compaixão, generosidade e amor (a si mesmo)”. Dessa forma, o autoperdão é uma determinação sobre si mesmo, uma escolha, uma opção pelo perdão. Daí, a importância da ajuda do conselheiro pastoral nesse processo. Sobre o autoperdão, releve-se o pensamento de Chapman:

Ao pedir perdão a si mesmo, você procura remover o desequilíbrio emocional entre a pessoa que *deseja ser* (o eu ideal) e aquela que é de fato (o ‘eu’ real). Quanto maior a distância entre o “eu” ideal e o “eu” real, maior a intensidade do distúrbio emocional interno. A “paz consigo” só é alcançada quando a distância entre o “eu” ideal e o “eu” real desaparece. Pedir perdão a si mesmo (e conseqüentemente receber esse perdão) é uma maneira de acabar com essa distância. (CHAPMAN, 2007, p.237)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo fundamentou-se na dissertação “A Culpa e a Compreensão da Graça Divina no Processo de Aconselhamento Pastoral”⁶.

A universalização da culpa e novos fatores/agentes que estimulam o surgimento da culpa ou do sentimento de culpa, serviram de indicadores para a relevância desse tema no aconselhamento pastoral.

A culpa está presente nas demandas trazidas para o cuidado pastoral, e por isso procurou-se no capítulo inicial, apresentar os conceitos de culpa (objetivo) e do sentimento de culpa (subjetivo), mesmo considerando a sua falta de exatidão; delimitar os tipos de culpa: real – fenômeno consciente, neurótica- produzida a partir do inconsciente, o que poderá potencializar a culpa patológica, e a existencial – quando se observa conflitos de ‘eu ideal’ e o ‘eu real’, refletidos em muitos momentos pelas frustrações geradas. E, finalmente, apresentar as abordagens freudiana e junguiana e sua relação culpa-religião- neurose, uma vez que o aconselhamento enfrentará a questão da religiosidade.

Para fundamentação teológica da prática do aconselhamento pastoral, buscou-se na graça divina o suporte/embasamento para a libertação dessa culpa. Destacou-se a gratuidade da graça – *Gratia gratis data*, seus entrelaçamentos no Antigo e Novo Testamento e a relevância do pensamento do apóstolo Paulo, Agostinho e Lutero, onde foi realçado amor de Deus e liberdade divina em conceder sua graça sem qualquer base meritória por parte dos homens. A graça é o caminho para libertação da culpa.

Apontado então esse caminho de libertação, sugeriu-se a partir do enfrentamento/confrontação da culpa, uma base para um modelo de aconselhamento em três etapas: confissão - a possibilidade do aconselhando em se colocar diante de um ato responsável ou não da culpa, uma vez que essa culpa pode escravizar mesmo sendo irreal; arrependimento – o processo em que se expurga todas as mazelas da culpa e o perdão/autoperdão - que é o experimentar pleno da graça. Entretanto, cumpre afirmar que esse artigo, apesar de ser uma síntese da temática, não esgota todos os assuntos referentes à culpa e/ou sentimento de culpa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGOSTINHO. Santo, Bispo de Hipona. 354-430. A Graça (I) Santo Agostinho. Trad. Agostinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 1998. – Patrística (12)
- ALASKO, Carl. Beyond Blame: Freeing yourself from the most toxic form of emotional bullsh*t. New York: Jeremy P. Tarcher/PENGUIN, 2011.
- BÍBLIA SAGRADA. Versão Revisada da Tradução de João Ferreira de Almeida. De Acordo com os Melhores Textos em Hebraico e Grego. 4ª Impressão. Rio de Janeiro: Imprensa Bíblica Brasileira, 1994.
- BERKHOF, Louis. A história das doutrinas cristãs. Trad. João Marques Bentes; Gordon Chown. São Paulo: PES, 1992.
- BOFF, Leonardo. Graça e experiência humana. A graça libertadora no mundo. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BRUNNER, Emil. Epístola aos Romanos: comentário, tradução e exposição. Trad. Deuber de Souza Calaça. São Paulo: Fonte Editorial Ltda., 2007.
- CHAMPLIN, Russell Norman. Enciclopédia de Bíblia: teologia e filosofia. Trad. João Marques

Bentes. 3ª ed. São Paulo: Candeia, 1995.

CHAPMAN, Gary. ; THOMAS, Jennifer M. As cinco linguagens do amor. Trad. Omar de Souza. São Paulo: Mundo Cristão, 2007.

CLINEBELL, Howard J. Aconselhamento pastoral: modelo centrado em libertação e crescimento. Trad Walter Schlupp; Luís Marcos Sander. 5ª ed. São Leopoldo: Faculdades EST; Sinodal, 2011.

COLLINS, Gary R. Aconselhamento cristão: edição século 21. Trad. Lucília Marques Pereira da Silva. Reimpressão 2009. São Paulo: Vida Nova, 2004.

DORSCH, Friederick et alli. Dicionário de psicologia Dorsch. Redação: Dr. Horst Ries. Trad. Emmanuel Carneiro Leão e equipe. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

ESSER, H.H. Graça, dons espirituais. IN: COENEN, Lothar; BROWN, Colin. Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento. Trad. Gordon Chown. 2ª ed. São Paulo: Vida Nova, 2000.

FRANKL, Viktor E. Em busca de sentido. Um psicólogo no campo de concentração. Walter O. Schlupp e Carlos C. Aveline. Ver. Helga H. Reinhold. 31. Ed. S. Leopoldo: Sinodal; Petrópolis – RJ: Vozes, 2011.

FREUD, Sigmund. Obras psicológicas completas – reflexões para os tempos de guerra e morte (1915). Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ O mal-estar na civilização (1930) Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

FRIESEN, ALBERT. Cuidando do ser: Treinamento em aconselhamento pastoral. 3ª ed. Curitiba: Esperança, 2012.

GERSENBERGER, Erhard S. Deus libertador. Teologia e sociedade no antigo Israel e hoje. In: GERSTENBERGER, Erhard S.(Org.) Deus no Antigo Testamento. Trad. Docentes e Alunos (IECLB) São Paulo: ASTE, 1981.

GRINBERG, León. Culpa e depressão. Trad. Carla Montágua. Lisboa: Climepsi Editores, 2000.

HURDING, Roger F. A árvore da cura: modelos de aconselhamento e de psicoterapia. Trad. Márcio Loureiro Redondo. São Paulo: Vida Nova, 1995.

JUNG, Carl Gustav. Obras completas. 11/1. Psicologia e religião: ocidental e oriental. Trad. Pe. Mateus Ramalho Rocha; rev. Dora Ferreira da Silva. 11ª ed. Petrópolis: Editoras Vozes, 2012.

LUTERO, Martinho. Obras selecionadas, vl. 1. Os Primórdios- Escritos de 1517-1519. Trad. Annemarie Höhn et alli. 2ª ed. São Leopoldo: Sinodal, Porto Alegre: Concórdia, Canoas: Ulbra, 2004.

MCGRATH, Alister E. Teologia sistemática, histórica e filosófica: uma introdução à teologia cristã. Trad. Marisa K.A.de Siqueira Lopes. São Paulo: Shedd Publicações, 2005.

MOLOCHENCO, Silas. Curso Vida Nova de teologia básica: Aconselhamento. São Paulo: Vida Nova, 2008.

MUNGUBA, Amauri Cardoso. Fé e saúde emocional. Salvador: Raizes, 2012.

OCAÑA, Martín. A eficácia da graça diante da eficiência do mercado: uma leitura do livro de Rute. In: ORTEGA, Ofélia (Org.) Graça e ética: o desafio da ética às nossas eclesiologias. Trad. Roseli Schrader Giese. São Leopoldo: Sinodal/CLAI, 2007.

PELIKAN, Jaroslav. A tradição cristã, uma história da doutrina: o surgimento da tradição católica 100-600. Trad. Lena Aranha; Regina Aranha. São Paulo: Publicações Shedd, 2014.

POUJOL. Jacques e Claire. Manual de relacionamento de ajuda: conselhos práticos para aconselhamento psicológico e espiritual. Trad. Norma Cristina Guimarães Braga. São Paulo: Vida Nova, 2006.

- PRACANA, Clara. Felix culpa: ensaio sobre a culpa e civilização. Entroncamento - Portugal: OVNI, 2008.
- PRITCHARD, Ray. O poder terapêutico do perdão Trad. Susana Klassen. São Paulo: Mundo Cristão, 2006.
- ROSA, Sousa Merval. Psicologia da religião. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1971.
- SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA O CULTO DIVINO. Missal Dominical: Missal da Assembleia Cristã. Trad. Monjas Beneditinas do Mosteiro de N. Srª da Paz. 4 ed. São Paulo: Paulus, 1995.
- SCHILDENBERGER, J. Graça. In: BAUER, Johannes B. Dicionário de teologia bíblica Trad. Helmuth Alfredo Simon. VI 1, 2ª ed. São Paulo: Loyola, 1979.
- SCLIAR, Moacyr. Enigmas da culpa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- STAGG, Frank. Teologia del Nuevo Testamento. Trad. Aroldo Canclini. El Passo: Casa Bautista de Publicaciones, 1976.
- SWINDOLL, Charles R. O Despertar da graça. Trad. Emerson Justino. São Paulo: Mundo Cristão, 2009.
- TAYLOR, W.C. A Graça de Deus. In: CRABTREE, A. R. Revista Teológica do Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil. Ano III nº 5. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1952.
- TILLICH, Paul. A coragem de ser. Trad. Eglê Malheiros. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- TIPPING, Colin. Radical self-forgiveness: The direct path true self-acceptance. Colorado: Sounds True, 2011.
- TOURNIER, Paul. Culpa e graça: uma análise do sentimento de culpa e o ensino do evangelho. Trad. Rute Silveira Eismann, 5ª impressão (1998), São Paulo: ABU, 1985.
- YANCEY, Philip. Maravilhosa graça. Trad. Yolanda Krievin. 2ª ed. Revista e Atualizada. São Paulo: Vida, 2007.
- WONDRACEK, Karin H.K. Caminhos da graça. Identidade, crescimento e direção nos textos da Bíblia. Viçosa: Ed. Ultimato, 2006.

ARTIGOS

- BRITO, Neilson Xavier de Brito. Culpa e seus desdobramentos no processo de ajuda. Protestantismo em Revista/ São Leopoldo/ v.32/p.57-85/ set/dez 2013. Disponível em: < <http://periodicos.est.edu.br/index/p.h.p/need> > Acesso em: 20/mar/2015.
- OLIVEIRA, A.M. CASTRO, E.G. Entre Deus, a Culpa e o Pecado. Psico PUCRS, 40 (2) 2009, abr./jun. Acesso em: 15/abr./2014.
- RAINHA, Amanda Tardivo. Estudo do Sentimento de Culpa na Teoria Freudiana (1892-1924) Maringá-PR, 2013.
- Disponível em: < www.ppi.uem.br/dissert/ppi_uem_2013_amanda_pdf > Acesso em: 08/jan./2014.
- ROSA, Merval de Sousa. Culpa e Perdão. Revista Epistemê. Feira de Santana- BA. Ano 03 n 01 jan/jun. 2001. Data de acesso: 20/mar/2014.

¹ Expressão latina da *Exultet, Praeconium Paschale* – “Ó feliz culpa que ganhou para nós tão grande, tão gloriosa salvação” ou “Ó culpa tão feliz que há merecido a graça de um tão grande Redentor!”, derivada dos escritos de Agostinho quando discorre sobre a queda do homem e o pecado original, em que o pecado se torna necessário para a manifestação da graça divina – “*O certe necessarium Adae peccatum, quod Christi morte deléctum est*”. Fonte: SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA O CULTO DIVINO. *Missal Dominical: Missal da Assembléia Cristã*. Trad. Monjas Beneditinas do Mosteiro de N. Srª da Paz. 4 ed. São Paulo: Paulus, 1995, p. 325

² Pós-Graduado em Aconselhamento pela Faculdade Teológica Batista de São Paulo. Mestrado Profissional em Teologia pelas Faculdades Batista do Paraná. Doutorando em Teologia Prática pelas Faculdades EST, São Leopoldo-RS Pastor batista.

³ Os textos bíblicos utilizados no artigo terão por base: Versão Revisada da Tradução João Ferreira de Almeida. De acordo com os Melhores Textos do Hebraico e Grego. 4ª Impressão. Rio de Janeiro: Imprensa Bíblica Brasileira, 1994.

⁴ Davi internalizou a tal ponto a sua culpa, que seu vigor/humor – *leshad* - suco/parte suculenta , pedaço saboroso, tornou-se com um fruto na época de seca – “sequidão de estio”. A culpa estava associada ao pecado – *chata 'ly/chata* – pecar, falhar, perder o direito, incorrer em culpa, que está relacionado com a iniquidade, também traduzida por culpa, *'avown* – depravação, culpa ou punição por iniquidade.

⁵ Neuroses - é uma resistência inconsciente e o sintoma neurótico mera expressão de conflitos psicodinâmicos. A neurose vale para eles, de modo geral, como fracasso no cumprimento das tarefas fundamentais da vida. Fonte: DORSCH, Friederick et alii. *Dicionário de psicologia Dorsch*. Redação: Dr. Horst Ries. Trad. Emmanuel Carneiro Leão e equipe. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009, p.612-613.

⁶BRITO. Neilson Xavier de Brito. “A Culpa e Compreensão da Graça Divina no Processo de Aconselhamento Pastoral” Dissertação de Mestrado Profissional em Teologia pelas Faculdades Batista do Paraná, aprovada em 08/07/2015.